

## Editorial

# Novo ciclo, nova atitude

É o presente Boletim CIALP o 30.º de uma já longa série iniciada em Julho de 1994 onde, para além da vertente do noticiar os eventos ligados à profissão nos diversos países de língua portuguesa, com particular destaque para os Encontros/Seminários temáticos deste Conselho Internacional, se publicaram inúmeros artigos de qualidade, uns mais reflexivos e críticos, outros mais propositivos, com discussão de temas e soluções objectivas e localizáveis.

Sendo o Boletim CIALP contido dimensionalmente, contribui já de uma forma significativa, no todo dos seus trinta números e duzentas páginas, para o melhor conhecimento relacional dos arquitectos de língua portuguesa e das problemáticas ligadas à classe profissional e ao desenvolvimento sustentado dos diversos países e regiões.

Tardou o aparecimento deste novo número do Boletim, tempo talvez demasiado, decorrente de alguma dificuldade sentida pela Junta Directiva na dinamização imperiosa deste início de um necessário novo ciclo relacional, com veemência apontado no último Encontro realizado na cidade de Maputo em Julho de 2001.

Virá o novo ciclo na sequência dos dois já passados que, como já antes foi dito, de alguma maneira consistiram nas primeiras tarefas mais relevantes do Conselho. No primeiro, com a abertura de um ciclo relacional aberto e informal entre os arquitectos dos diversos países, e do melhor conheci-

mento do exercício da profissão e da realidade das diversas regiões, numa relação pessoal e profissional que se pretendeu, em termos do CIALP, a montante ou em paralelo de quaisquer projectos ou acções concertadas conjuntas.

O segundo ciclo relacional consistiu num intenso trabalho organizativo de apoio à generalização da criação de associações ou ordens profissionais nos diversos países, por forma a criar-se uma rede institucional mais consistente e não só dependente de voluntárias acções individuais que foram, e são, no entanto e naturalmente de louvar.

É na dinâmica do desenvolvimento, diversificação e ampliação de acções conjuntas que se deseja a acção futura do CIALP, numa profícua, imaginativa e nova atitude. Será, decerto, o Rio de Janeiro, local de realização do 9.º Encontro, em Abril próximo, que marcará finalmente o início desta nova atitude relacional.

Pelo carácter simbólico que tem para o Conselho, significativa foi a recente nomeação para o cargo de Ministro dos Serviços de Águas e Trabalhos Públicos do Governo de Timor-Leste do Colega César Vital Moreira, delegado deste novo país ao CIALP e autor de um recente artigo no Boletim.

*José Silva Carvalho, Arquitecto*

# CIALP como plataforma de encontro dos Arquitectos de Língua Portuguesa

## 1. Retoma do Boletim

Realmente houve uma longa interrupção deste Boletim, de frequência quase trimestral, que felizmente alguns, não poucos, estranharam. As razões e justificações existem e prendem-se, entre outros aspectos que não vale a pena aqui explanar, com as vicissitudes inerentes às mudanças de direcção ocorridas no CIALP e na Ordem dos Arquitectos em Portugal. Assumo a minha quota parte de responsabilidade na qualidade de Secretário da Junta Directiva do CIALP.

Agora o importante é retomar o ritmo interrompido e, para isso, aqui estou a acompanhar os restantes colegas mais envolvidos no CIALP num espírito de relançamento e de optimismo no desenvolvimento do diálogo e da cooperação com os arquitectos que nos cinco continentes comungam a mesma língua.

Faremos, como sempre, com que este Boletim possa chegar aos “cinco cantos do mundo” de língua portuguesa, concretamente às associações de arquitectos (em Portugal, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Macau), ou aos colegas ligados ao CIALP onde estas associações ainda não existem (em S. Tomé e Príncipe e em Timor).

## 2. O contexto

### é de dificuldades e de desafios

Há diversas situações de dificuldade envolvendo a actividade dos arquitectos em muitos países e comunidades associados ao CIALP. É evidente que os problemas não são idênticos nos vários casos e às vezes até são opostos, como acontece na oposição quantitativa entre o Brasil e S. Tomé e Príncipe ou Timor. Mesmo numa área continental como a que corresponde aos PALOP os problemas são distintos quando confrontamos a agitação relativamente tranquila de S. Tomé com a complexidade dos problemas sociais e de desenvolvimento que ocorrem noutros países irmãos, como é o caso de Angola e da

Guiné-Bissau.

A este cenário de complexidade crescem os problemas inerentes ao que se designa de “condição de periferia” que afecta o desenvolvimento das infra-estruturas e dos tecidos sociais e, conseqüentemente, a actividade dos arquitectos, apesar de haver uma certa estabilidade sócio-política em praticamente todos países, nomeadamente depois da evolução positiva em Timor e Angola.

No entanto, há que ter a consciência de que as dificuldades do contexto em que os arquitectos têm que funcionar são certamente inferiores



*Ilha de Moçambique*

*O património arquitectónico é um campo de acção indiscutível para o CIALP.*

às que as comunidades que eles têm de servir estão sofrendo. Portanto o fundamental é encontrar caminhos para melhorar a capacidade de organização e intervenção dos arquitectos em articulação com as entidades oficiais de cooperação, os agentes particulares de cooperação e solidariedade, como ONG e Fundações que intervêm na promoção da qualidade do habitat.

Esta necessidade de encontrar caminhos para sair das condições de dificuldade em cada país, neste contexto desfavorável tem, ou devia ter, na cooperação internacional um apoio e um instrumento fundamental. Pela mesma razão a situação de crise internacional e as dificuldades em certas regiões periféricas deveria ser um factor de incentivo ao desenvolvimento da cooperação, da solidariedade e do intercâmbio, como é o caso do CIALP. Neste

panorama, pelo menos numa perspectiva de curto/médio prazo, as organizações de arquitectos de zonas com menos carências e portanto com mais meios para a cooperação, como as dos arquitectos portugueses, brasileiros e, talvez também, macaenses, podiam ou deviam ter um papel importante.

## 3. Visão optimista

### para uma globalização positiva

O CIALP é uma entidade pequena e débil em termos de mobilização de activos mas pode ser, se não o é já, potencialmente muito importante na vertente político-cultural internacional, um pouco à semelhança do que

*ARCabrita*

é ou pode ser a CPLP para o desenvolvimento interno ao seu “universo” e para o papel internacional dos países de língua portuguesa, embora neste caso actuando no domínio específico do que fazem os arquitectos, ou seja, na melhoria do ambiente construído, na criação de património arquitectónico e na criação de condições físicas para o desenvolvimento nacional.

Porventura outras entidades estarão mais

apetrechadas e vocacionadas para a intervenção directa, como sejam as empresas, os profissionais, as ONG, mas o CIALP é uma importante plataforma de articulação, encontro e dinamização dada a sua multilateralidade, vocação política, no sentido mais amplo do termo, e independência.

O CIALP é também, em última instância, a emanação do que são as sete associações nacionais profissionais dos arquitectos que o suportam, as quais velam pela valorização da arquitectura e pelo papel desta no desenvolvimento nacional dos seus países, cientes de que assim servem e dignificam os seus associados. Na plataforma de diálogo e cooperação que elas quiseram criar com o CIALP há dez anos, pretendem valorizar o intercâmbio e o desenvolvimento cultural e profissional, a solidariedade e cooperação

com os arquitectos que têm mais dificuldades, a salvaguarda de patrimónios arquitectónicos e linguísticos comuns e o apoio à criação de novos patrimónios de qualidade e utilidade para as comunidades de língua portuguesa.

Para a prossecução destes objectivos há um capital humano esperançoso constituído por muitas centenas, ou mesmo milhares porque os nossos companheiros do Brasil assim se contam, de jovens arquitectos que estão potencialmente disponíveis para pensar as suas acções numa perspectiva globalizante em termos positivos como aqui se consideraram. Acredito que eles estarão interessados em aprender e comunicar com outros arquitectos jovens sobre novos papéis do arquitecto, não só na obra singular mais erudita mas também para a melhoria racional e culturalmente inserida na promoção do desenvolvimento das comunidades, com relevo para as que defrontam mais dificuldades.

#### **4. Maputo: Virtualidades do último Encontro**

O último Encontro CIALP decorreu em Moçambique/Maputo. Apesar de não ter sido um grande acontecimento em termos quantitativos foi muito relevante em termos qualitativos em diversos aspectos, relativamente aos quais devemos estar reconhecidos em boa parte aos nossos colegas moçambicanos, tais como: (i) pelas temáticas abordadas a propósito da forma como se devem acolher populações deslocadas, com qualidade técnica e cultural e com realismo económico; (ii) pela qualidade da maioria das comunicações apresentadas, nomeadamente pelos colegas moçambicanos, onde o seu trabalho "deslocado" para junto das populações e a pesquisa realista de soluções adequadas e participadas é uma estratégia assumida e praticada; (iii) pelo clima agradável em que decorreu o Encontro, o contacto com a Escola de Arquitectura que o acolheu e as visitas técnicas efectuadas; (iv) pelo contacto com o património arquitectónico de arqui-

tectos portugueses e moçambicanos, do período moderno e recente, de significativa qualidade.

Alguns, embora poucos, destes aspectos podemos partilhar com os leitores do Boletim através de notícias e comunicações aqui difundidas.

#### **5. Apelo a ver longe e a ir lá**

O volume das relações internacionais irá certamente intensificar-se e nelas a importância das trocas culturais e de serviços irá assumir cada vez maior peso. Os arquitectos poderão ter neste contexto, desde que queiram, um papel importante e crescente, pelo interesse cada vez maior que se verifica na sua intervenção, desde a criação do património mais erudito até às infra-estruturas para o desenvolvimento e as condições de acomodação, com



ARCabrita

#### *Ilha de Moçambique*

*O apoio à promoção integrada do habitat é outro.*

qualidade, das populações. O crescente número de jovens arquitectos torna-os, pela sua juventude e pelas solicitações de um mercado social e cultural alargado, aptos para saírem das cidades, das zonas mais ricas, do "Norte", para circularem, conhecerem e trabalharem noutras realidades menos ricas, de interior, de periferia, do "Sul".

As organizações profissionais, nomeadamente as de direito público, as entidades da sociedade civil que se interessam pela cooperação, nomeadamente nos domínios social, cultural e técnico são os interlocutores naturais do CIALP para dinamizar a participação dos arquitectos em qualquer dos países membros.

No caso português cada um dos tipos de entidade acima referidos existe e desempenha individualmente um papel significativo, embora haja a noção generalizada de que

poderia ser maior. O mesmo se poderá dizer do próprio CIALP no que nele é responsabilidade portuguesa. Contudo, a Ordem dos Arquitectos portuguesa sempre tem dado apoio significativo ao CIALP, e talvez por isso sempre tem havido representação portuguesa na Junta Directiva, e sempre tem assegurado o Secretariado do CIALP.

Prevejo, com algum optimismo necessário, que este cenário se dinamize a curto prazo, nomeadamente por iniciativa do CIALP, com o próximo Encontro, e por iniciativa da Ordem dos Arquitectos que se tem manifestado empenhada em dar relevo à vertente internacional das relações de cooperação com os arquitectos do "universo" da CPLP e suas organizações profissionais usando como plataforma o CIALP.

O facto de ser actualmente presidente da União Internacional de Arquitectos um colega brasileiro é motivo incentivador dos esforços que se pretendem desenvolver em cooperação no quadro do Ano Nacional da Arquitectura (2003) em Portugal, por ser um cenário propício a esse relançamento.

Por último, o fundamental. O fundamental é a adesão voluntária dos arquitectos portugueses, e dos mais jovens em particular, para participarem com a

sua imaginação e actividade na construção de iniciativas de intercâmbio e cooperação aos vários níveis (cultural, patrimonial, ensino, serviços, assistência). Tal adesão virá ao encontro das iniciativas que o CIALP e a Ordem dos Arquitectos têm entrevisto como desejáveis neste domínio, sendo essa adesão condição necessária para que se tornem possíveis. Tal adesão pode ser manifestada junto do Secretariado do CIALP que é assegurado pelo sector de Relações Internacionais da Ordem, ou directamente a mim próprio junto da Ordem.

*António Reis Cabrita, Arquitecto  
Secretário Geral  
da Junta Directiva do CIALP*

# Assentamentos informais e espontâneos

## Reconhecimento e reacção

Comunicação-resumo apresentada no 8º Encontro CIALP de Maputo, no Seminário subordinado ao tema «População, Migrações e Arquitectura».

### I – Descrição do problema

A análise de qualquer assentamento desta natureza (seja ele Malukazi – Polana Caniço ou Xipangara) revelaria na maior parte dos casos que o problema no seu conjunto se pode definir como ISOLAMENTO / MARGINALIZAÇÃO, que tem um efeito prejudicial na moral dos indivíduos e comunidade.

Este ISOLAMENTO é muitas vezes criado pelo estigma social ligado a estes assentamentos, como consequência da interacção entre dois factores principais.

A – Insegurança sobre a posse da terra

B – deterioração das condições de vida

As condições tendem a degenerar ao longo do tempo, em função do aumento das densidades populacionais e de alojamento, considerando que as infra-estruturas não existem ou se mantêm ao mesmo nível.

A qualidade das condições de vida é afectada por muitos e vários factores, como por exemplo:

1) fornecimento de água insuficiente – uma torneira por cada 25 000 pessoas

2) condições sanitárias pobres ou falta de saneamento

- esgotos
- águas residuais
- recolha de lixo

3) ignorância sobre princípios básicos de higiene e saúde

4) degeneração do abrigo como resultado

- do corte dos laços familiares seguido da quebra da transferência do conhecimento vernacular técnico – levando assim à bastardização

das formas de construção

- do uso de materiais que requerem um alto nível de manutenção

### II – Objectivos

O estudo de Malukazi levou-nos a acreditar que, como planeadores, devíamos desenvolver estratégias que estimulassem e permitissem:

A – O reconhecimento, reforço e protecção desta forma de assentamento urbano

- negócios de transporte

A economia informal de subsistência é uma forte geradora de interacção social, criando e mantendo laços mais chegados entre as pessoas.

Esta economia sustenta e suporta a vida sócio-económica do assentamento durante um estágio muito sensível no processo de urbanização – e devia, portanto, ter um efeito considerável no desenvolvimento de estratégias.

### III – Estratégias globais

A – O cerco do assentamento por uma zona de trânsito que receberia a população deslocada pela intervenção necessária

B – A criação das condições e dos controlos necessários para o reconhecimento e reforço da economia informal de mercado emergente

C – Provisão de equipamento social ao longo da fronteira reconhecível, que serviria não só a comunidade

(de Malukazi) mas também a comunidade para norte do eixo primário; por outras palavras:

Uma banda de urbanização linear que encorajaria a interacção social entre as duas comunidades

D – A legalização da posse da terra mesmo que fosse controlada pelo direito comunal ou direito consuetudinário

E – A legalização da economia informal do Mercado

### IV – Estratégias locais

Tratam da comunidade em geral e das “células” dentro dela em particular

A – Para a comunidade definiram-se os limites de auto-suficiência:

1) A provisão de 2 escolas primárias extra – a um máximo de 4-6mns



JSCarvalho

*Magoanine, 2000 – Assentamento decorrente das recentes cheias em Moçambique.*

*Exposição no local pelo Arquitecto Higinio do Conselho Municipal de Maputo.*

B – O alívio do fardo das condições de vida existentes

Este reconhecimento provém de nos apercebermos que, como arquitectos ou planeadores, nunca seremos capazes de repor ou fabricar tanto o tecido social como a economia informal já existente.

A análise sócio-económica (em Malukazi) permitiu-nos verificar que se estava a lidar com uma economia popular informal de subsistência, já bem estabelecida e manifestada em termos dos bens das pessoas investidos no:

Estoque de alojamento e mercado

- barracas de venda – lojas pequenas

- largo de vendas de materiais de construção

de caminho

2 A preservação de um pulmão verde ao longo do fundo do vale para silvicultura

3) A reserva de um terreno para recreação

4) A pavimentação de ruas para facilitar o fornecimento de serviços à população

5) A identificação de unidades político-sociais definidas e contidas, tanto por ruas como por ruas e vegetação

6) A reticulação global de água como primeira fase do fornecimento – consistindo num tanque de água situado no centro de cada “célula”

B – Para as “células” propôs-se:

1) A dedução do limiar de densidade permissível como tendendo a gravitar à volta de 35 casas/hectare

2) Definiram-se os limites padrão de infra-estruturas como função da capacidade de financiamento da população

Por outras palavras, tomando a densidade populacional e o capital

disponível onde se poderia chegar em termos de:

- fornecimento de água
- esgotos
- águas residuais
- recolha de lixo
- electrificação

C – Em relação ao alojamento (material de arquitectura) acreditamos que o Arquitecto poderia actuar como consultor – no desenvolvimento de tecnologias de teor alternativo com vista ao melhoramento do rendimento das casas existentes:

1) Melhoramento dos telhados, para a apanha de águas da chuva

2) Diminuição da erosão do reboco externo pela:

- extensão das abas do telhado
- melhoria da mistura ideal de adobe e cimento
- técnicas de mistura

Tudo isto diminuiria o custo de manutenção que é um fardo para a maior parte da população

3) Aconselhar sobre níveis adequados de ventilação e luz naturais

## Conclusão

> Vários estudos têm há muito demonstrado que não há Estado algum no 3.º Mundo ou nos países em desenvolvimento que tenha a capacidade para fazer face e subsidiar a acumulação da procura de alojamento criada pela urbanização galopante.

> Os departamentos de Planeamento e Implementação falharam e falharão na sua luta para se conservarem a par e à frente da procura de terrenos demarcados e servidos por infra-estruturas e já prontos a receberem vagas de populações migradoras.

É por esta razão e outras acima explanadas que é importante que aceitemos o reconhecimento deste tipo de assentamento urbano. Será muito melhor que os tomemos a sério se desejarmos que nos tomem a sério.

*Norton dos Santos, Arquitecto  
(África do Sul)*

# Habitação Popular

## no Contexto Urbano da Ilha de São Tomé

Este artigo não é publicado na íntegra, por razões editoriais, e desenvolve-se ainda pela próxima edição do Boletim.

O presente trabalho diz respeito à Prova Final da Licenciatura em Arquitectura e desenvolveu-se basicamente em duas principais vertentes: A primeira vertente está relacionada sobretudo com o levantamento e estudo das Habitações Populares Urbanas existentes no Contexto Urbano da Ilha de São Tomé. O estudo em causa abrange as habitações urbanas desde as mais modestas até as mais evoluídas, em que se dividiu em três grupos denominados de Habitação Tradicional, Habitação Popular e Habitação Erudita. O trabalho

desenvolvido incidiu, também, na análise técnica e arquitectónica, do ponto de vista de concepção e construção da habitação. A segunda vertente diz respeito a uma Proposta de Soluções de Concepção de Habitação Popular Urbana em São Tomé e Príncipe.

A análise das Habitações Urbanas Primitiva, Tradicional/Popular e Erudita, revela fases de desenvolvimento das habitações e que se atribui ao difícil crescimento económico do país. Existe naturalmente uma relação directa entre o crescimento económico e a melhoria da qualida-

de de vida das populações, o que se denota com alguns parâmetros de construções verificadas. Esta melhoria de condições de vida passa necessariamente pela construção de infra-estruturas, de habitações e de outras obras de engenharia, dando resposta adequada às necessidades crescentes da população em matéria de habitação.

A resposta às necessidades citadas implica, entre outros fenómenos, o aparecimento de uma indústria de construção que tem para o desenvolvimento do país uma importância superior à mera activi-

dade de construir pois, além da forte componente do valor do seu produto a construção, encontra-se representada em outras actividades intermédias, principalmente no fornecimento de materiais de construção e nas empresas de serviços. Apesar das dificuldades verificadas no sector de habitação, em traços gerais é possível compreender a composição deste sector na Ilha de São Tomé. Trata-se de um sector complexo, no que toca a sua composição, isto porque em São Tomé verifica-se a construção de habitação das mais variadas ordens tipológicas, que pode ir das mais modestas até as mais evoluídas tecnicamente, em consequência dos recursos do proprietário.

Portanto, em função do desenvolvimento das habitações, incluiu-se as habitações em três tipos, sendo a menos evoluída tecnicamente de Primitiva porque a sua elaboração é claramente tosca e indefinida, considerada a intermédia de Tradicional/Popular, por ser a mais utilizada e é nesta habitação onde se verifica o confronto tipológico, isto é, destes elementos construtivos, pormenores de todos os tipos estão presentes, por isso pensa-se que é um estilo em busca de uma solução claramente definitiva, e, por último, a Erudita onde a técnica construtiva é claramente compreendida do ponto de vista técnico.

No entanto as habitações populares urbanas de São Tomé tanto Primitiva, Tradicional/Popular e Erudita, têm algo em comum, isto é, quase todas estão assentes em *pilotis*, são exclusivamente construídas em madeira ou madeira e alvenaria e caracterizam-se sobretudo pela sua traça rectangular e a sua dimensão depende do estrato sócio-económico do seu proprietário.



*Habitação Primitiva*

Começando por abordar a Habitação Primitiva, verifica-se que se está perante um fenómeno social sério na matéria de habitação, e que as pessoas enfrentam no seu quotidiano grandes dificuldades sócio-económicas. A construção de uma habitação popular de reduzida dimensão acarreta elevado custo, as pessoas de estrato social desfavorecido têm imensas dificuldades em construir uma habitação própria e permanente, apesar da profusão da madeira no país. Na periferia do núcleo urbano predominam as pequenas habitações quase todas elas construídas em madeira, consideradas construções rústicas; representam a habitação Primitiva que não utilizam materiais transformados mecanicamente na sua construção. Estas habitações podem ou não repousar sobre estacas de madeira e são características de pessoas de fracos recursos económicos. Trata-se de habitações com características próprias, que podem ser encontradas de forma dispersa em todo o país, em determinados núcleos populacionais



*Habitação Tradicional-Popular*

como nos bairros populares próximos da capital.

A intermédia denominada de Habitação Tradicional-Popular é aquela que prolifera no país por ser uma habitação pertencente a pessoas de estrato social mais estável que vê neste tipo de construção a solução para minimizar o seu problema de habitação.

Pode-se também incluir em dois grupos, sendo o primeiro de custo mais controlado e o segundo com sinais de ostentação, porque o seu proprietário tende a aproximá-la de uma habitação mais erudita, com pormenores construtivos de elevada composição arquitectónica, e sobretudo emprego de materiais de elevada qualidade começando pela madeira, chapas onduladas ou telha marselha, tinta industrializada, completamente forrada no interior e com cozinha semi ou completamente equipada e construída em alvenaria. E por último, encontramos a Habitação Erudita, onde estão presentes os valores e a beleza da arquitectura colonial portuguesa. Essas habitações são mais evoluídas do ponto de vista arquitectónico, técnico e construtivo e encontram-se dispersas pelo país e as antigas fazendas.

A presente Proposta de Soluções Para a Construção de Habitação Popular Urbana, através de processos de edificação menos tradicionais, isto é, a utilização de materiais previamente concebidos tecnicamente para o efeito, insere-se numa estratégia destinada a produzir elementos técnicos de apoio à promoção, à prática e ao desenvolvimento da habitação popular urbana através de processos construtivos mais recentes ou modernos. Trata-se sobretudo de Propostas de Solução baseadas nos processos técnicos importados e relativamente conhecidos e

em muitos casos já praticados nas habitações eruditas e até nas populares bem como processos tradicionais mas de correcta adaptabilidade às soluções locais e praticadas na construção das mais variadas tipologias de habitação em São Tomé e Príncipe. Destina-se também a presente Proposta de Soluções essencialmente a proporcionar a informação técnica e administrativa de apoio à implementação dos processos de construção de nova habitação popular urbana, pretendendo-se satisfazer este objectivo essencial, não se esquecendo o seu interesse para a melhoria da qualidade da habitação popular urbana existente, já que as soluções visam a adaptabilidade e a possibilidade constante de melhoramento contínuo destas habitações e a viabilidade dos próprios habitantes serem agentes privilegiados dessa adaptabilidade e desse melhoramento, aspectos importantes para uma adequação das casas aos respectivos modos de vida das famílias respeitando a sua autonomia e a economia das intervenções. (...)

É importante considerar a caracterização urbanística ao nível dos limites do loteamento ou do agrupamento de pequenos quarteirões residenciais. Trata-se, de apontar, no essencial, os factores responsáveis pelo desenvolvimento da forma urbana dos conjuntos residenciais, e pelo desenho urbanístico pormenorizado, que têm fortes reflexos ou que são gerados no interior do lote residencial e que estão também presentes no desenho arquitectónico de cada uma das soluções consideradas preferenciais tendo em conta a natureza básica e as características da habitação popular urbana que se pretende dinamizar. Não esquecendo que o carácter específico e prático das recomendações para estas habitações populares urbanas é norteado superiormente por preocupações de ordem económica, do custo das construções e

da sua respectiva manutenção, há que ter também uma visão sobre as preocupações fundamentais que acautelam a adequada integração urbana através de boa qualidade da imagem urbana e da funcionalidade dos novos grupos habitacionais. Neste sentido devem ter-se em conta os principais tipos e hierarquias de uso geral do espaço exterior e de acessibilidade entre os espaços da casa e o exterior desta, o grupo de vizinhança e o espaço urbano envolvente, as características fundamentais da evolução/expansão física e dos conteúdos funcionais das habitações populares urbanas, a adequação ao sítio, a variedade formal, a adequação climática e o ordenamento funcional dos conjuntos habitacionais populares urbanos, os limites mínimos e máximos da habitação popular urbana, os seus reflexos na forma urbana e os aspectos básicos que contribuem para a garantia de boas condições de habitabilidade nos conjuntos habitacionais populares urbanos. A Proposta de Soluções para as habitações populares urbanas deve abordar as características dimensionais, de implantação e de integração urbana e de acesso, por isso devem ser determinados por um plano urbanístico ou por um projecto de loteamento elaborado por entidade ou organismo de reconhecida competência técnica. (...)

A Integração Urbana deve garantir a continuidade da estrutura viária fundamental existente, obrigando a ligação do velho e do novo tecido urbano através também da integração de equipamentos que sirvam as zonas velhas e novas das áreas habitacionais. A utilização de certos equipamentos sociais básicos, tais como os ligados à prestação de cuidados de saúde ou o verde urbano são alguns dos exemplos de formas simples de equipamento colectivo capaz de criar algumas condições de agradabilidade criando assim o desenvolvimento do espírito

de identificação dos habitantes com a sua zona de habitação. Os parâmetros para o desenvolvimento de um lote para a construção de habitação popular urbana menos tradicional em São Tomé são determinados pela necessidade de elementos que fazem parte das características gerais do lote desde o formato do lote que por simplicidade se irá tipificar como pequeno, médio ou grande, em função da sua utilização. As áreas dos lotes assim propostos estão inseridos num intervalo que vai dos 200m<sup>2</sup> para os mais pequenos destinados à construção de uma pequena habitação e com espaço reduzido à realização das actividades domésticas essenciais, até aos 900m<sup>2</sup> ou área superior para os lotes considerados grandes, onde para além da construção da habitação, o terreno permite outros tipos de actividades como explorações agrícolas mínimas, pequenas oficinas de carpintaria, marcenaria, etc. As características comuns propostas para o desenvolvimento de um lote e a sua ocupação tanto de pequena, como de média e grande dimensão comportam uma série de elementos que são abordados e desenvolvidos ao longo do trabalho. Em São Tomé, geralmente a ocupação das habitações é feita por famílias bastante numerosas, o que exige que se pense seriamente no desenvolvimento da habitação do ponto de vista do tipo de edifício, se é unifamiliar ou bifamiliar, e também na tipologia (número de quartos) e no que toca a números de pisos, entende que estes elementos correspondem a um nível de ocupação médio desejável e à composição geral de uma habitação popular urbana dentro do conceito de vida em São Tomé.

*Juscelino Ramos da Costa Ten-Jua,*  
*Arquitecto*  
*(São Tomé e Príncipe)*

1º anúncio/convite

9º Encontro CIALP no Rio de Janeiro

## Arquitetura, Tempo e Espaço Social

Vai realizar-se o esperado próximo Encontro CIALP na cidade do Rio de Janeiro sobre o tema "ARQUITECTURA, TEMPO E ESPAÇO SOCIAL" entre 29 de Abril e 3 de Maio. O Encontro terá sub-temas que serão apresentados no próximo Boletim do CIALP, o que ajudará os colegas que quiserem participar no Encontro a poderem concretizar melhor as suas eventuais comunicações.

A Assembleia CIALP, restringida apenas aos delegados CIALP enviados pelas diversas associações de arquitectos para discutir o desenvolvimento do CIALP de acordo com uma ordem de trabalhos, decorrerá num destes dias. O conteúdo dessa Ordem de Trabalhos será divulgado em próximo Boletim CIALP.

Tal como tinha sido aprovado na última Assembleia CIALP em Maputo, na sequência de proposta do delegado do Instituto dos Arquitectos do Brasil (IAB) Luis António de Souza, o IAB vai organizar o Encontro no tema geral referido. A presente direcção do IAB tem desde há alguns meses reafirmado o grande interesse em realizar um Encontro CIALP quando da realização do Congresso dos Arquitectos Brasileiros também no Rio de Janeiro. O Encontro CIALP será autónomo quer em termos de espaço quer em termos de tema mas assim poderá beneficiar de diversos eventos culturais e sociais que estão programados para a mesma altura, além dos que serão especificamente programados

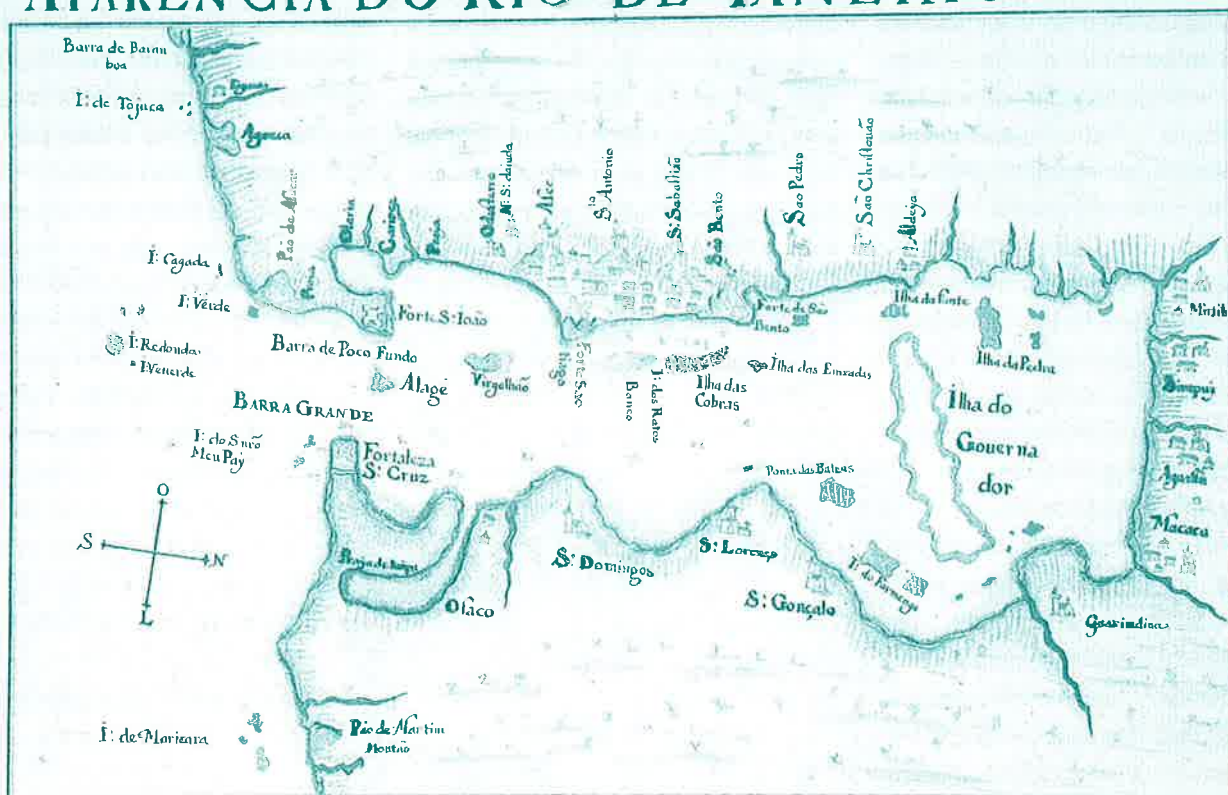
no interesse do próprio CIALP.

Só agora se está a fazer o anúncio deste Encontro porque um Seminário CIALP que esteve aprovado e programado para 2002 em Cabo Verde se foi atrasando vindo depois a quase coincidir em 2003 com o Encontro no Rio de Janeiro. Neste momento os colegas caboverdeanos estão a preparar para 2004 um novo Encontro em Cabo Verde.

Entendemos no entanto que este anúncio sai suficientemente a tempo de os arquitectos dos vários países do CIALP poderem agendar a sua participação. O CIALP está a programar com os colegas da direcção do IAB e com a direcção da Ordem dos Arquitectos de Portugal a organização destes eventos CIALP por forma a apoiar uma boa representação dos vários países. Como o Boletim CIALP vai em encarte no Boletim da OA, será no próximo Boletim CIALP (que extraordinariamente sairá em Março) que será divulgado todo o Programa do Encontro e forma de inscrição, bem como as condições favoráveis de viagem, especialmente a partir de Portugal.

Contudo as manifestações de interesse em participar podem, com todas as vantagens, ser desde já apresentadas ao Secretariado do CIALP junto de Clélia Fernandes, tel. (351) 213241100, nas horas normais de expediente.

## APARENCIA DO RIO DE JANEIRO



Aparência do Rio de Janeiro de João Teixeira Albernaz, o moço, meados do séc. XVII.  
In Pereira, Francisco (coord.) - *Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Brasil: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.